

RODOLPHO FIGUEIRA DE MELLO

A parceria entre Estado e iniciativa privada é encaráda hoje como um poderoso instrumento para a conquista do crescimento auto-sustentado no país. A atuação do setor privado se manifesta não apenas na participação em programas de privatização ou concessão de serviços públicos mas também em áreas como a saúde, em que o desempenho do Estado se revela incapaz de atender à demanda da população.

No que se refere à saúde, porém, esta parceria corre o risco de estar inviabilizada em poucos anos. A penúria enfrentada pelos quase três mil hospitais particulares e 45 mil estabelecimentos prestadores de serviços é o retrato fiel do colapso a que está submetido o setor. Um raios X do sistema privado é essencial à formulação de um diagnóstico da saúde no país.

Não há nenhuma novidade na constatação de que o Estado brasileiro é incapaz de oferecer atendimento médico-hospitalar adequado à população. Os investimentos insuficientes e mal geridos respondem pelos dez milhões de indivíduos sem acesso a qualquer tipo de assistência de saúde, pelas 1.750 construções de estabelecimentos interrompidas e pela queda, registrada pelo IBGE, do número de leitos hospitalares de 4,3 mil habitantes, em 1982, para 3,7 mil habitantes em 1992.

A deterioração dos serviços privados, em especial, tem acompanhado o quadro geral de decadência do setor. Neste contexto, a agonia do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUS) desponta como um dos fatores que mais contribui para o completo colapso do sistema. Hoje, é difícil inventariar todas as denúncias de fraudes e malversações de recursos ligadas ao sistema.

É comum ouvir a expressão "buraco sem fundo" quando a saúde está em questão. Com a maior desenvoltura, os problemas são enumerados sem que se procure identificar as soluções.

O que fazer, porém, para tampar o buraco, para evitar o desperdício e para permitir à população o acesso a um sistema de saúde mais digno e mais racional?

Uma das saídas, não há dúvida, está numa rede privada eficiente. O exemplo dos Estados Unidos é eloquente neste sentido. Naquele país, o orçamento reservou para a saúde uma verba de US\$ 1 trilhão, contra os paupérrimos R\$ 13 bilhões do Brasil. O modelo americano pode não ser o ideal, mas é balizado por um forte sentido social. O Estado americano compra para os que se encontram abaixo da linha de pobreza e para os idosos os serviços de planos privados de saúde. No Brasil, 120 milhões não estão associados a qualquer sistema privado. São forçados a encarar de frente, portanto, as mazelas do setor.

“A saúde privada, como atesta o exemplo americano, é a única saída possível”

Por que não se pensar, também no Brasil, em soluções alternativas que complementem o serviço precário oferecido e que estendam a parcelas mais significativas da população o acesso ao atendimento médico-hospitalar?

Só uma completa reformulação na saúde poderá evitar o caos. A criação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), sugerida pelo ministro Adib Jatene, contribuirá para minorar os males, mas está longe de representar a cura para o problema. Antes de mais nada, é preciso que haja vontade política para uma ampla fiscalização em torno da utilização das verbas destinadas às instituições que mantêm convênio com o SUS. Só uma completa moralização evitará a migração dos estabelecimentos privados, que abandonam em número crescen-

te o sistema. Na Região do ABC, por exemplo, não há mais nenhum leito conveniado.

Há que estabelecer também condições justas e que impeçam a inviabilização da saúde privada. Não se pode aceitar que um médico continue a receber R\$ 2 por uma consulta ou que hospitais particulares e estabelecimentos prestadores de serviços permaneçam sem um reajuste sobre suas tabelas de ressarcimento há mais de 15 meses (a defasagem nos valores cobrados supera os 40%). Tampouco é aceitável que estas instituições permaneçam impedidas de receber doações assim como isenções tributárias para importar equipamentos atualizados. Com os juros vigentes no país, estas instituições acumulam dívidas e caminham a passos largos para a insolvência. Os empréstimos bancários têm-se multiplicado, assim como as demissões de um setor que emprega mais de dois milhões de trabalhadores.

É preciso inverter este quadro. Há que definir fontes de custeio em cada esfera de governo, com a determinação de competências gerenciais e com a indicação das responsabilidades e quantitativos de recursos de municípios, estados e União. É necessário discriminar também que serviços deve prestar o setor privado, fixando os valores de sua remuneração de acordo com os custos reais de produção. Finalmente, há que regulamentar um sistema alternativo de saúde que permita ao cidadão optar pelo que melhor lhe convém.

A saúde privada, como atesta o exemplo americano, é a única saída possível para um país que apresenta o quadro caótico do Brasil. Quebrar a parceria entre a iniciativa privada e o Estado neste setor deixará desassistidos nada menos de 120 milhões de brasileiros. É preciso que o Governo assuma, com a devida urgência, uma posição firme. A saúde está doente e só ele tem a fórmula para curá-la. A população e os profissionais do setor aguardam uma solução.

Rodolpho Figueira de Mello é presidente do Sindicato dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro.